

Apresentação

Ana Maria F. Almeida

Uma das transformações mais importantes da vida social depois do final da Segunda Guerra Mundial é o fato de que a formação e os títulos escolares se tornaram, na maioria dos países que dispõem de um sistema escolar unificado, um instrumento de posicionamento social fundamental (BAUDELLOT; ESTABLET, 2000; BOURDIEU, 1989; COLLINS, 1979; MÜLLER et al., 1989; YOUNG, 1976).

Trata-se de uma situação que é tributária de transformações que têm lugar em diferentes esferas de ação social, como, entre outras, aquelas que dizem respeito aos processos de construção da nação quando se define a escola como o espaço de produção do cidadão e também aos processos de acumulação que presidiram a aproximação entre o sistema escolar e o sistema produtivo, transformando os diplomas em requisito para a entrada em várias posições do mercado de trabalho.

Nos trabalhos de Pierre Bourdieu e seus colaboradores, isso foi percebido como a passagem histórica para um modo de reprodução com componente escolar, implicando uma situação em que as famílias perdem para a escola, progressivamente, sua capacidade de controlar o futuro social de seus filhos (BOURDIEU; BOLTANSKI, 1999). Esse processo acompanhou a unificação dos sistemas de ensino e a invenção da escola universal. Em função da situação histórica própria a cada sociedade que experimenta ou experimentou tal transformação, a centralidade da escola pode ser mais ou menos intensa e, além disso, pode se concretizar em diferentes configurações. Tais variações nacionais podem ser efetivamente estudadas por meio do exame dos diferentes arranjos que tiveram lugar entre, por exemplo, o Estado e a Igreja, ou a escola privada e a escola pública, para enumerar apenas duas das dimensões centrais em que se desenrolaram e se desenrolam as lutas e disputas que dizem respeito à formatação dos sistemas de ensino.

A objetivação do papel historicamente reservado à escola no processo de hierarquização da sociedade brasileira, cujos efeitos são relativamente pouco tematizados pela literatura especializada, não é difícil de ser realizada. A importância acordada à passagem pela escola, nos processos de definição de um lugar social, chegou mesmo a ser definida por leis, como, por exemplo, aquelas que negaram, até 1988, os direitos cívicos mais básicos, como o voto e a candidatura a postos

eletivos, aos indivíduos não alfabetizados; ou, ainda, aquelas que dão direito, ainda hoje, à prisão especial para os detentores de diplomas de ensino superior, independentemente do tipo de delito cometido e da punição impingida (NOGUEIRA, 2001). Além disso, a importância da escola tem sido discretamente reforçada ao longo do tempo pelo grande número de carreiras do serviço público (administração direta ou indireta, nos vários níveis), cujo acesso foi desde muito cedo reservado aos detentores de certificados escolares (HOLANDA, 1994).

Este dossiê traz uma série de artigos que focalizam essa dimensão estratégica das transformações das relações de poder nesse século. O objetivo foi apresentar ao leitor alguns dos ângulos em que a problemática é abordada no Grupo de Pesquisa sobre Instituição Escolar e Organizações Familiares, o Focus, localizado na Faculdade de Educação da Unicamp.

Na impossibilidade de abordar todas as dimensões que dizem respeito a esse processo, nossa opção no interior do grupo tem sido a de respeitar a sua complexidade, privilegiando determinados ângulos e contruindo blocos analíticos, numa perspectiva que interroga diretamente os sentidos e conteúdos da exceção brasileira, a partir da comparação com outras experiências. Como se verá, dois desses blocos estão melhor representados aqui: aquele que focaliza os efeitos da escolarização e aquele que se preocupa com os processos que determinaram a especificidade dos formatos de expansão da escolarização em diferentes sociedades.

O texto de Christian Baudelot incide diretamente sobre os efeitos da ampliação da escolarização ou, mais especificamente, sobre os efeitos do aumento geral da qualificação ocorrido na França nas últimas décadas. Entre as contribuições do seu texto para a discussão proposta por este dossiê está o fato de que, explorando sólidos dados empíricos para apoiar uma discussão sobre as dimensões mais concretas da existência – aquelas que concernem à qualificação, à renda e ao emprego – e justamente por isto, propõem uma reflexão sobre a penetração da escola nos espaços mais íntimos da experiência subjetiva contemporânea.

Os artigos de Adriana Lech Cantuaria e Graziela Perosa dialogam estreitamente um com o outro. Ambas partem de um espaço escolar concreto, o da cidade de São Paulo, e examinam as condições que permitiram a estruturação, ali, de um mercado escolar privado que se torna mais e mais competitivo nas últimas décadas. A partir dessa perspectiva, elas se encontram em condições de explicitar as negociações, jogos e ajustes que deram forma a esse mercado, tributário não apenas das transformações, na estrutura social da cidade, associadas à industrialização e ao crescimento econômico, mas também das transações com outros estados nacionais e com a Igreja Católica ocorridas ao longo do século XX.

O texto de Paula Leonardi, por sua vez, debruça-se sobre os fundamentos da construção de um mercado escolar, procurando pelos elementos que fazem um determinado colégio falar à imaginação de um determinado grupo social. Para isso,

ela repertoria os ritos, os espetáculos, as aparências, em suma, aquilo que funda a imagem pública de uma instituição. Vê-se que, de fato, o peso da escola privada para a formação dos grupos médios e dominantes da sociedade brasileira, associado à ausência de uma carta escolar, faz com que o encontro entre famílias e escolas possa ser vivido como uma escolha e, portanto, reforça a utilidade heurística de se pensar determinados espaços escolares como mercados. No entanto, o artigo de Paula Leonardi nos mostra que uma das condições para que a analogia funcione com toda a sua força é não cair na tentação de julgar a educação um produto como os outros.

Prolongando a discussão sobre os processos que presidiram a formatação do sistema de ensino brasileiro, Agueda Bernardete Bittencourt amplia o debate, interrogando diretamente o papel desempenhado pelo Estado nesse processo. Evitando cair na dupla armadilha de pensar o Estado, seja como um ator todo-poderoso, livre para construir o sistema de ensino que bem lhe apraz, seja simetricamente, como uma instituição submetida aos interesses dos grupos dominantes, Agueda escolhe um caso que permite explorar, nas suas dimensões mais finas, as complicadas interações do Estado brasileiro com a Igreja Católica no processo de construção do sistema de ensino nacional. A partir da história das lutas pela ampliação da escolarização no Vale do Itajaí, Estado de Santa Catarina, ela mostra que, longe de se apresentar como uma aliança ou uma oposição estática, essas interações são mediadas por interesses de várias ordens e flexionam a política educacional em sentidos às vezes bastante inesperados.

Já o artigo de Eric Lanoue traz um exercício analítico que nos interessa particularmente, aqui, na medida em que mostra como as nossas possibilidades de compreender processos estritamente nacionais e bem localizados no tempo se ampliam, quando ousamos e nos damos ao trabalho de incluir, na reflexão, desenvolvimentos que se dão nos espaços mais amplos a que estão vinculados os atores sociais em estudo. O seu exame das condições que tornaram possível a forma particular de integração das escolas confessionais ao sistema de ensino público na Costa do Marfim, neste sentido, oferece um exemplo de como as estratégias locais da Igreja Católica são melhor compreendidas, quando pensadas à luz das lutas do clero nacional no interior dessa organização transnacional.

Lia Braga Vieira muda a escala e analisa o processo de escolarização do ensino de música. Focalizando as práticas concretas e as crenças dos agentes sociais, ela se dá instrumentos para mostrar que a transferência da formação para o sistema de ensino tem efeitos contraditórios: se, por um lado, mantém-se o modelo tradicional de formação, por outro lado, abrem-se espaços para formas alternativas de se pensar e se exercer o ensino de música, embora isso seja possível somente para algumas categorias de agentes e não para todos.

Por fim, encerrando o dossiê, mas não a discussão, Antoine Prost retoma os dois fios que o guiaram – os efeitos da escolarização e a formatação do sistema de

ensino – e apresenta, para o caso francês, uma problematização das transformações do sistema de ensino a partir das pressões advindas das expectativas e intenções dos diversos atores sociais envolvidos.

O estudo da escola em diferentes momentos e em diferentes contextos pode, assim, contribuir de forma significativa para a nossa compreensão dos processos de dominação que estruturam as sociedades contemporâneas. Espero que os trabalhos apresentados aqui possam fornecer pistas sobre os caminhos de pesquisa possíveis para aqueles interessados em ampliar os conhecimentos sobre o modo como a escola brasileira interage com estes processos.

Referências bibliográficas

BAUDELLOT, Christian; ESTABLET, Roger. *Avoir trente ans en 1968 et 1998*, Paris: Seuil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*, Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. O Diploma e o Cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLLINS, Randall. *The Credential Society*, New York: Academic Press, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1994 (1936).

MÜLLER, Detlef, K.; RINGER, Fritz; SIMON, Brian. *The Rise of the Modern Educational System: structural change and social reproduction*. Cambridge e Paris: Cambridge University Press e Maison des Sciences de l'Homme, 1989.

NOGUEIRA, Maria Alice. Prisão especial e diploma de ensino superior: uma aproximação crítica. *Revista Brasileira de Educação*, 16, p. 105-115, 2001.

YOUNG, Michael. *The Rise of the Meritocracy. An Essay on Education and Equality*, Harmondsworth: Penguin, 1976 (1958).